



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10835.003043/96-11  
SESSÃO DE : 09 de novembro de 2000  
ACÓRDÃO N° : 303-29.548  
RECURSO N° : 121.104  
RECORRENTE : MILTON SILVA COSTA  
RECORRIDA : DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP

**ITR – BASE DE CÁLCULO – VALOR DA TERRA NUA mínimo**

Em face do Laudo Técnico de Avaliação não atender aos requisitos estabelecidos no § 4º, do art. 3º, da Lei nº 8.847/94, combinado com o disposto na NBR 8.799/85 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e diante da inexistência de outros elementos nos autos que possibilitem a apuração do valor real da terra nua do imóvel em questão, deve ser utilizado o Valor da Terra Nua mínimo (VTNm), relativo ao município de localização do imóvel, fixado pelo Secretário da Receita Federal para exercício 1995, haja vista, o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.847/94, combinado com o estabelecido no art. 1º, da IN-SRF nº 042/96.

**INCONSTITUCIONALIDADE** - À autoridade administrativa não compete rejeitar a aplicação de lei ou ato normativo sob a alegação de constitucionalidade do mesmo, por se tratar de matéria de competência do Poder Judiciário, com atribuição determinada pelo artigo 102, I, "a", e III, "b", da Constituição Federal. Preliminar de nulidade não acatada, sob este argumento.

**RECURSO IMPROVIDO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 09 de novembro de 2000

JOÃO HOLANDA COSTA  
Presidente

JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO  
Relator

09/11/2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ANELISE DAUDT PRIETO, NILTON LUIZ BARTOLI, ZENALDO LOIBMAN e IRINEU BIANCHI. Ausentes os Conselheiros MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES e SÉRGIO SILVEIRA MELO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 121.104  
ACÓRDÃO N° : 303-29.548  
RECORRENTE : MILTON SILVA COSTA  
RECORRIDA : DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP  
RELATOR(A) : JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

## RELATÓRIO

Versa o presente processo sobre a exigência do crédito tributário formalizado através da Notificação de Lançamento de fl. 07, emitida no dia 08/04/1996, referente ao seguinte crédito tributário: R\$ 2.479,96 de ITR, R\$ 3,87 de Contribuição Sindical do Trabalhador, R\$ 1.682,30 de Contribuição Sindical do Empregador e R\$ 66,61 de Contribuição SENAR, perfazendo um total de R\$ 4.232,74.

O presente lançamento teve a seguinte fundamentação legal: o ITR nas Leis nºs 8.847/94, 8.981/95 e 9.065/95 e as Contribuições no Decreto-lei nº 1.146/70, art. 5º c/c o Decreto-lei nº 1.989/82, art. 1º e §§, Lei nº 8.315/91 e Decreto-lei nº 1.166/71, art. 4º e §§.

Na impugnação de fls. 02/05, a contribuinte discorda do Valor da Terra Nua – VTN que serviu de base de cálculo para determinação dos valores lançados, que corresponde ao Valor da Terra Nua mínimo - VTNm que foi fixado para o município de localização do imóvel rural em referência, através da IN-SRF nº 016/95, sob os seguintes argumentos, em síntese:

- a) a evolução do imposto nos exercícios de 1994 e 1995, verifica-se que não há nenhuma justificativa de ordem racional, muito menos legal, para tal majoração;
- b) VTN tributado encontra-se em desacordo com a realidade do mercado imobiliário de terras, inclusive é de se ressaltar que houve acréscimo (inflação) em UFIR, isto é, aumento real da base de cálculo (VTN) em UFIR acima da inflação;
- c) foi violado o princípio constitucional da legalidade, uma vez que, o VTN, base de cálculo do tributo, não poderia ter sido elevado de um exercício para outro além da correção monetária, pois, somente a Lei em sentido estrito, poderá estabelecer a majoração de tributos. Cita neste sentido julgado do Tribunal de Recursos;
- d) além dos princípios afetados não ocorreu a aplicação do artigo 3º, da Lei 8.847/94, uma vez que, a IN 42/96 fixou os VTNm



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 121.104  
ACÓRDÃO N° : 303-29.548

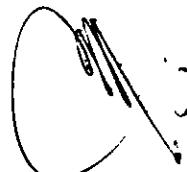
utilizando do artigo 1º, da Portaria Interministerial 1.275/91, inaplicável e inutilizável para a fixação da base de cálculo havendo, portanto, dissonância entre leis Federal e Interministerial levando ao não abatimento das benfeitorias da base de cálculo;

- e) a majoração do tributo refletiu no encarecimento das contribuições lançadas junto com o ITR e que conflita com a capacidade contributiva do requerente, tendo-se em vista a evolução negativa das receitas no ramo agropecuário;
- f) os valores de comercialização dos ativos “terra nua”, talvez nem mesmo o maior deles pode atingir o VTNm lançado, portanto, o VTN Tributado não coincide com a necessária fixação da base de cálculo pelo menor valor de comercialização apurado em 31/12 do exercício anterior;
- g) discorda, ainda, da cobrança das Contribuições ao Sindicato do Empregador e do Trabalhador, de acordo com o art. 8º, da Constituição Federal que diz: “*É livre a associação profissional ou sindical...*”, enquanto que o inciso V, desse mesmo dispositivo afirma que: “*Ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato*”. E a consagração do princípio de autonomia da vontade. Só é sindicalizado quem quer. Isto quer dizer, que não existindo vínculo associativo não existe a obrigação de pagar a contribuição; e
- h) o impugnante menciona, também, um julgado do TJ-SP referente à Contribuição Confederativa.

Em 26/06/1998, os autos foram enviados à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto/SP. Por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto n.º 70.235/72, a autoridade julgadora de 1ª Instância proferiu a Decisão de fls. 27/33, com o seguinte teor:

1) Não acatou a preliminar de constitucionalidade, sob a alegação de que “*a instância administrativa não possui competência legal para se manifestar sobre questões em que se presume a colisão da legislação de regência e a Constituição Federal, atribuição reservada, no Direito Pátrio, ao Poder Judiciário (Constituição Federal, arts. 102, I, “a” e III, “b”).*”

2) No mérito, julgou o lançamento procedente, sob seguinte fundamento:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 121.104  
ACÓRDÃO Nº : 303-29.548

- a) as Contribuições Sindicais do Empregador e do Trabalhador tem base legal e não se confunde com contribuições pagas a sindicatos, federações e confederações de livre associação. A primeira foi estabelecida pelo Decreto-lei nº 1.166/71, artigo 4º, § 10, e artigo 580, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a redação dada pela Lei nº 7.047/82, enquanto a segunda está prevista no Decreto-lei nº 1.166/71, artigo 4º, § 2º; e
- b) a redução do VTNm aplicado a um determinado imóvel só é admissível mediante Laudo Técnico de Avaliação que atenda todos requisitos estabelecidos no § 4º, do art. 3º, da Lei nº 8.847/94, combinado com o disposto na NBR 8.799 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O documento apresentado pelo impugnante não preenche os requisitos estabelecidos nas normas citadas.

Em 03/09/1998, o recorrente foi intimado da citada Decisão. Inconformado, dentro do prazo legal, interpôs o Recurso Voluntário de fls. 38/43, em que aduz os argumentos que estão sintetizados a seguir:

1) Preliminarmente, pleiteia a nulidade do lançamento, com base nas seguintes alegações:

- a) houve majoração gritante do VTN fixado pelo SRF para o ano de 1995, através da IN-SRF nº 042/96, com total desprezo às informações prestadas pelo contribuinte, e segundo seu entendimento (sic) “*não pode haver, majoração de tributo sem lei anterior que a autorize (princípio da anualidade). O órgão lançador majorou o tributo (pôr meio da elevação da base de cálculo) pôr instrução normativa. Conclui-se pois, que o imposto é ilegal, pôr não respeitar princípios constitucionais tributários (art. 5º, II e 150, I - CF/88 e art. 97, II CTN)*”;
- b) valor do VTNm para o ano de 1995 foi atribuído unilateralmente pela SRF, sem a participação do Ministério da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária, em conjunto com as Secretarias de Agricultura dos Estados, o que contraria o disposto na Lei nº 8.847/94.

2) No mérito, alega que a certidão emitida pela municipalidade tem força probante superior ao do laudo técnico exigido no § 4º, do art. 3º, da Lei nº 8.847/94, pois, o valor informado naquela é utilizado pelo Estado para cobrar impostos, enquanto que o valor apresentado neste é ajustado de modo a adequar o imposto a pagar às conveniências do contribuinte. Ademais, a exigência de laudo

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 121.104  
ACÓRDÃO Nº : 303-29.548

técnico dentro das normas da ABNT (NBR 8.799) fere o princípio da igualdade, posto que a confecção deste documento tem um custo elevado, o que impossibilita o contribuinte sem recursos financeiros de obtê-lo.

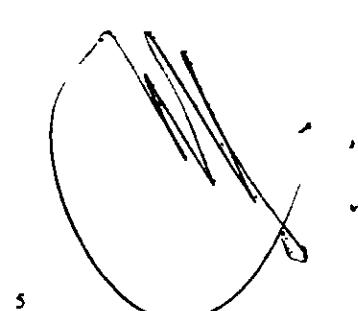
3) No final, espera provimento ao presente recurso para, reformando a decisão monocrática, declara nulo o lançamento do ITR/95, determinando que outra notificação seja expedida com base no VTN informado pelo recorrente na declaração anual de informação, por ser medida de direito e de Justiça.

Em anexo ao presente Recurso, consta os documentos fls. 44/61.

O comprovante do depósito recursal foi juntado ao autos (fl. 63).

É o relatório.

5



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 121.104  
ACÓRDÃO Nº : 303-29.548

VOTO

Tomo conhecimento do presente Recurso Voluntário, por ser tempestivo e por tratar de matéria da competência deste Terceiro Conselho de Contribuintes, nos termos do art. 2º, do Decreto nº 3.440/2000.

I- PRELIMINAR

Preliminarmente, a recorrente pleiteia a anulação do lançamento em apreço, sob alegação de que além da base cálculo do tributo ter sido majorada através de ato normativo, este não obedeceu os ditames da lei, portanto é ilegal, já que não houve respeito aos princípios constitucionais tributários insertos nos artigos 5º, II e 150, I, ambos da CF/88 e art. 97, II, do CTN.

Em relação a esta matéria, entendo ser irretocável a decisão recorrida, quando afirma que a instância administrativa não possui competência legal para se manifestar sobre a constitucionalidade das leis ou atos normativos, atribuição que é reservada ao Poder Judiciário, conforme disposto nos incisos I, "a", e III, "b", ambos do artigo 102 da Constituição Federal, onde estão configuradas as duas formas de controle de constitucionalidade das leis, a saber: o controle por via de ação ou concentrado e o controle por via de exceção ou difuso.

A depender da via utilizada para o controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo, os efeitos produzidos pela declaração serão diversos.

No controle de constitucionalidade por via de ação direta, o Supremo Tribunal Federal é provocado para se manifestar, pelas pessoas determinadas no artigo 103, da Constituição Federal, em uma ação cuja finalidade é o exame da validade da lei em si. O que se visa é expurgar do sistema jurídico a lei ou o ato considerado inconstitucional. A aplicação da lei declarada inconstitucional pela via de ação é negada para todas as hipóteses que se acham disciplinadas por ela, com efeito *erga omnes*.

Quando a inconstitucionalidade é decidida na via de exceção, ou seja, por via de Recurso Extraordinário, a decisão proferida limita-se ao caso em litígio, fazendo, pois, coisa julgada apenas *in casu et inter partes*, não vinculando outras decisões, nem mesmo judiciais. Não faz ela coisa julgada em relação à lei declarada inconstitucional, não anula nem revoga a lei, que permanece em vigor e eficaz até a suspensão de sua executoriedade pelo Senado Federal, de conformidade com o que dispõe o artigo 52, X, da Constituição Federal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 121.104  
ACÓRDÃO N° : 303-29.548

À Administração Pública cumpre não praticar qualquer ato baseado em lei declarada inconstitucional pela via de ação, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade proferida no controle abstrato acarreta a nulidade *ipso jure* da norma. Quando a declaração se dá pela via de exceção, apenas sujeita a Administração Pública ao caso examinado, salvo após suspensão da execitoriedade pelo Senado Federal.

A propósito da controvérsia empreendida pelo contribuinte, citemos excerto do professor Hugo de Brito Machado (Temas de Direito Tributário, Vol. I, Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 1994, p. 134):

*"(...) Não pode a autoridade administrativa deixar de aplicar uma lei ante o argumento de ser ela inconstitucional. Se não cumpri-la sujeita-se à pena de responsabilidade, artigo 142, parágrafo único, do CTN. Há o inconformado de provocar o Judiciário, ou pedir a repetição do indébito, tratando-se de inconstitucionalidade já declarada."*

Em face do exposto, rejeito a preliminar de nulidade argüida pelo recorrente.

## II- MÉRITO

No mérito, o cerne da presente controvérsia é o valor a base de cálculo utilizado no lançamento do ITR, a saber, o Valor da Terra Nua - VTN, relativo à fazenda de propriedade do recorrente, cujo número de registro junto à SRF é 0737482.8.

No presente caso, por ser de valor inferior ao mínimo fixado pela SRF, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.847/94, combinado com o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 7º, do Decreto nº 84.685/80, art. 1º, da Portaria Interministerial MEFP/MARA e artigo 1º, da IN/SRF nº 42/96, a autoridade lançadora rejeitou o VTN informado pelo contribuinte na declaração anual do ITR e utilizou VTNm por hectare de R\$ 2.066,12, fixado para o exercício de 1995, através da IN-SRF nº 042/96, para o município de localização do imóvel objeto do presente lançamento.

Através do recurso em apreço, o contribuinte pleiteia a alteração do VTN para R\$ 553,24 por hectare, conforme Certidão da Prefeitura Municipal de fl. 24, portanto, inferior ao VTNm estipulado pelo SRF para município Panorama/SP, onde se encontra o imóvel rural em questão, referente ao exercício supra citado.

Segundo o disposto no § 4º, do art. 3º, da Lei nº 8.847/94, o contribuinte pode pleitear a utilização de um VTN inferior ao VTNm, mas, para que



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 121.104  
ACÓRDÃO N° : 303-29.548

seja atendida sua pretensão, deverá apresentar um laudo técnico emitido por entidade de reconhecida capacitação técnica ou profissional devidamente habilitado, o que deve ser comprovado pela junta de Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA, contendo todos os requisitos exigidos na NBR 8.799/85 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

De acordo com o dispositivo legal retrocitado, o laudo técnico de avaliação tem por objetivo demonstrar, de forma inequívoca, que a terra nua de um certo imóvel de um determinado município possui características próprias que resultam em um VTN de valor inferior ao VTNm fixado para a média dos imóveis da municipalidade em referência.

No presente caso, a certidão apresentada pelo recorrente não contém os requisitos mínimos estabelecidos pela NBR 8.799 da ABNT, pois, deixou de tratar de aspectos imprescindíveis à determinação do Valor da Terra Nua, do imóvel em apreço, a saber:

- 1 . Em relação à vistoria, não mencionada:
  - 1.1 - a caracterização física da região (ocupação e meio ambiente); rede viária; serviços comunitários (transportes coletivos e da produção, recreação, ensino e cultura, rede bancária, comércio, mercado, segurança, saúde e assistência técnica); potencial de utilização (estrutura fundiária, praticidade do sistema viário, vocação econômica, restrições de uso, facilidades de comercialização e disponibilidade de mão-de-obra); classificação da região;
  - 1.2 - a caracterização do imóvel (memoriais descritivos e documentação fotográfica, em grau de detalhamento compatível com o nível de precisão requerido pela finalidade da avaliação, propiciando todos os elementos que influem na fixação do valor e englobando a totalidade do imóvel);
- 2 - Em relação à pesquisa de valores abrangendo não foi apresentado:
  - 2.1 - as avaliações e/ou estimativas anteriores;
  - 2.2 - os valores fiscais;
  - 2.3 - as transações e ofertas;
  - 2.4 - a produtividade das explorações;
  - 2.5 - as formas de arrendamento, locação e parcerias;
  - 2.6 - as informações, obtidas junto aos bancos, cooperativas, órgãos oficiais e de assistência técnica;
- 3 - A escolha e justificativa dos métodos e critérios de avaliação;

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 121.104  
ACÓRDÃO N° : 303-29.548

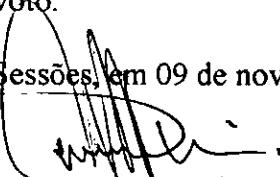
- 4 - A Homogeneização dos elementos pesquisados, de acordo com o nível de previsão da avaliação;
- 5 - a data da vistoria; e
- 6 - A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do perito responsável pela avaliação.

Assim, tendo em vista que o Laudo Técnico de Avaliação satisfaz aos requisitos determinados pelas normas retro mencionadas, não resta outra alternativa que não seja a utilização do VTNm fixado pelo Secretário da Receita Federal, para a referida municipalidade, conforme estabelece o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.847/94.

Por esses motivos, voto no sentido de negar provimento ao presente Recurso, devendo ser mantido a mesma base cálculo constante do lançamento original.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2000

  
JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO - Relator



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º : 10835.003043/96-11

Recurso n.º : 121.104

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador, Representante da Fazenda Nacional junto à Terceira Câmara, intimado a tomar ciência da Acórdão nº 303-29.549

Brasília-DF, 23 de março de 2001

Atenciosamente

3.º CC - 3.º CÂMARA

Em, ..... / ..... / .....

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João Holanda Costa". Below the signature, the word "Presidente" is written in smaller letters.  
João Holanda Costa  
Presidente da Terceira Câmara

Ciente em: 09/04/2001

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ligia Scaff Vianna".  
LIGIA SCAFF VIANNA  
Procuradora da Fazenda Nacional